

AS CLASSES POPULARES PORTUGUESAS DURANTE A UNIÃO IBÉRICA E A RESTAURAÇÃO

STUART B. SCHWARTZ
Yale University

RESUMO

Este artigo revisita a velha questão do papel desempenhado pelo “povo” na Restauração portuguesa e a influência de sentimento proto-nacionalista durante o período da união das coroas. Embora se reconheça os avanços historiográficos das duas últimas décadas que questionaram as tradicionais interpretações “nacionalistas”, neste estudo defende-se que a mesma atenção que foi dedicada a facções e grupos de interesse no mundo palaciano deve também ser dedicada aos grupos populares. A presente análise baseia-se em dois casos extraídos da documentação da Inquisição espanhola e ambos datados de 1619, ou seja, anteriores ao período em que se tornou patente, para os portugueses, o impacto económico negativo da união. Através do estudo desses casos pretende-se demonstrar o quão profundo era o sentimento anti-castelhano em Portugal.

Em 1666, Emanuel d'Aranda publicou *The History of Algiers and its Slavery* (Londres), onde narra um episódio ocorrido em Agosto de 1641, na igreja que atendia aos cristãos escravizados no norte de África. Os escravos portugueses em Argel mantinham uma capela nessa igreja e, para a festa da Assunção de Nossa Senhora, decoraram com grande riqueza o altar e colocaram sobre ele uma imagem das armas de Portugal com a divisa *Exaltat humiles et deponit superbos...* Terminada a missa, dois espanhóis aproximaram-se do altar e um deles, que entendia um pouco de latim, explicou ao outro que as palavras significavam que Deus exaltava os humildes e rebaixava os orgulhosos, dando a entender que tais palavras foram “ditas em desdém de nossa nação espanhola”. O companheiro rasgou a imagem e

atirou-a ao chão. Um português, ao presenciar o que tinha sucedido, avançou e atacou o espanhol. A luta estendeu-se para a rua e os dois espanhóis viram-se cercados de portugueses hostis, até que foram salvos por defensores do rei de Espanha. Contudo, nessa fase a rua estava já repleta de escravos cristãos, combatendo uns contra os outros, armados apenas com pedras, cacetes e punhos. Os seus captos, “os Turcos”, perguntaram-se sobre os motivos para aquele tumulto e foi nessa altura que os separaram à força de açoites e de porretes, gritando: “Seu bando desprezível de cães e selvagens! Primeiro consigam a liberdade, e depois poderão brigar à vontade pelas diferenças de seus reis em campo, e não aqui”¹.

Este episódio parece ser revelador dos profundos ressentimentos entre os dois povos ibéricos que, por muito tempo, serviram como razão fundamental para a separação política entre eles. Tome-se como outro exemplo a declaração do embaixador inglês Edward Wotton em Lisboa, o qual, durante a crise dinástica que se seguiu à morte do rei D. Sebastião em Marrocos, identificou, em Agosto de 1579, um dos principais obstáculos que poderia deter as ambições do rei de Espanha no reino que pouco depois viria a adquirir:

“... o grande e profundo ódio que existe e sempre existiu entre os portugueses e os castelhanos, que provavelmente levará as pessoas a recorrerem a todos os extremos antes de se tornarem súbditos de quem jamais julgaram dignos de ser seus iguais².

Esta animosidade e o desejo ardente do povo português em ter um rei próprio foram considerados por muitos observadores contemporâneos como factor determinante em todos os momentos cruciais na história da união entre Espanha e Portugal sob os Habsburgos, desde a resistência à invasão espanhola em 1580 à rebelião de Évora em 1637, ao golpe palaciano e aclamação do Duque de Bragança em 1640, e durante toda a longa guerra até o reconhecimento espanhol, em 1668, da independência portuguesa³. Esse sentimento de identidade e carácter próprio, sobretudo tal como era expresso pelas classes populares, serviu por muito tempo como base para interpretações “populistas” ou “nacionalistas” daquele período que, por várias razões políticas, predominaram desde o século XIX até o último terço do século XX, isto é, desde que os primeiros liberais passaram a buscar as raízes históricas

¹ Emanuel d'ARANDA, *History of Algiers and its Slavery* (trad. John Davies), Londres, Printed for John Starkey, 1666, pp. 392-93.

² *Calendar of State Papers [CSP], Foreign v. 14 (1579-80)*, pp. 45-47.

³ A carta de Wotton menciona já o desejo popular de um rei próprio, mas desde então o tema ressurge com frequência. Ver, por exemplo, a carta de Hieronimo Lippomano, embaixador de Veneza na Espanha (16 de Julho de 1587), relatando os efeitos das depredações de Drake sobre Portugal: “as queixas dos portugueses atingiram um grau inacreditável; eles dizem que antes jamais um único navio de suas frotas tinha sido capturado e que agora estão muito pior do que quando tinham um rei próprio”. *CSP Veneza*, v. 8, n. 550.

da participação popular para definir a nação e estabelecer a legitimidade da República; depois, durante o Estado Novo, o regime salazarista usou a Restauração como exemplo do apoio popular para um estado centralizado; por fim, após a Revolução portuguesa de 1974, uma historiografia marxizante veio a usar a Restauração como exemplo das raízes populares da coesão nacional⁴.

Esta narrativa de um “reino cativo” e de um povo buscando a libertação nacional de um jugo estrangeiro, que tanto predominou nas comemorações e publicações do terceiro centenário da Restauração da independência portuguesa em 1940, tem sido muito questionada desde a segunda metade dos anos 1970. A percepção de que uma leitura nacionalista da união ibérica e da Restauração serviu os objectivos políticos do regime autoritário e centralista de Salazar; de que a projecção de sentimentos “nacionalistas” anteriores ao conceito de nação tinha sido anacrónica ou ahistórica, e de que vários grupos e sectores das classes políticas de Portugal e dentro da sociedade portuguesa adoptaram posições diferentes, mais baseadas em factores como classe, nível social, interesse económico ou acesso ao poder do que na nacionalidade – todas essas percepções estão por detrás da verdadeira revolução nos estudos historiográficos deste período ocorrida nos últimos trinta anos⁵. Esses estudos destacam as facções políticas e interesses rivais entre a nobreza e o alto clero, a mobilidade nas fortunas e interesses de grupos e casas comerciais, a ênfase sobre conceitos constitucionais e relações internas dentro do exercício do poder de estado, e as motivações religiosas e económicas divergentes. De um modo geral, tais estudos alteraram profundamente a nossa compreensão das estruturas e dos acontecimentos que rodearam a união e os motivos para o golpe de 1640. Basta ver uma declaração como a de Eduardo d’Oliveira França, afirmando em 1951: “No povo, sem dúvida, se abrigavam os mais positivos sentimentos nacionais – os mais vibrantes e persistentes sentimentos sem sínopes, o que não se pode dizer da aristocracia castelhanizante em 1580, ou da burguesia, afeiçoada aos Felipes por muito tempo”, e compará-la com a de Jean-Frédéric Schaub, quando sustenta que agora se “põe em causa a noção de Estado moderno absolutista e a pertinência do conceito da nação política quando aplicado às populações do Antigo Regime”, para ver como se alterou a ênfase da inter-

⁴ Luís Reis TORGAL, “A Restauração”, *Revista da História das Ideias*, I (1977), pp. 23-40; *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1981; Armando CASTRO, *Lições de História de Portugal*, 2. *As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade, séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983. Ver a perspicaz discussão da historiografia no ensaio de António Manuel HESPANHA, “La ‘Restauração’ portuguesa en los capítulos de las cortes de Lisboa de 1641”, in *1640: La monarquía hispánica en crisis*, Barcelona, Crítica, 1992, pp. 123-168.

⁵ António Manuel HESPANHA, “Portugal y la política de Olivares. Ensayo de análisis estructural”, *La España del Conde Duque de Olivares*, John Elliott *et al.* (orgs.), Valladolid, Universidad de Valladolid, 1990, pp. 621-51.

pretação – embora também tenhamos de reconhecer que alguns historiadores como John Elliott nunca abandonaram totalmente os sentimentos nacionais como motivo para a rebelião portuguesa, e em data mais recente Rafael Valladares reabriu novamente a questão, a propósito da resistência à causa habsbúrgica no momento da união.⁶

Nesta historiografia em mudança, não estão ausentes os estudos sobre a vasta maioria da população, o “povo”, e nas décadas posteriores a 1940 estudiosos como Eduardo d’Oliveira França (1951, 1997), Joel Serrão (1967) e Vitorino Magalhães Godinho (1968) procuraram apresentar a participação popular e o seu papel na Restauração como elemento de importância central. Essa abordagem foi adoptada com considerável erudição e especificidade na fundamental série de estudos sobre os contextos políticos e revoltas populares, realizados por António de Oliveira (1991), que procurou examinar as motivações e os sentimentos do povo comum durante a união. Mas ainda permanecem várias perguntas: quem ou o que era exactamente “o povo”? Qual foi a atitude do povo (qualquer que seja sua definição) português ante a aquisição da coroa portuguesa por Filipe II? Qual era a profundidade e seriedade dos anseios messiânicos e “sebastianistas” do povo antes de 1640? Existia um sentido de identidade nacional, de nação ou mesmo de “comunidade imaginada” antes da união? Ou será que esse sentimento se desenvolveu apenas durante a monarquia composta, para ser intensificado e manipulado posteriormente, como parte do esforço de guerra dos Bragança? E, finalmente, o sentimento pró-português era apenas uma outra expressão ibérica regional de localismo, como o de Valência ou da Andaluzia? Até que ponto ele foi criado e manipulado nas disputas de facções anteriores a 1640, e depois mobilizado pelo novo regime durante a guerra de Restauração?

Essas perguntas são, em si, de difícil resposta em qualquer circunstância, mas a tarefa do historiador torna-se ainda mais complicada devido às realidades políticas do final do século XVI e do século XVII. A fidelidade de uma população leal devotada a seu legítimo dirigente foi um elemento essencial e necessário da teoria política neoescolástica durante o Renascimento, tanto em Espanha quanto em Portugal, e a ficção de que a oposição às pretensões dos Habsburgo sobre Portugal foi obra de um pequeno grupo de traidores contra o povo tornar-se-á um argumento habsbúrgico central

⁶ Eduardo d’Oliveira FRANÇA, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, HUCITEC, 1997, p. 283; Jean-Frédéric SCHAUB, *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 9; John H. ELLIOTT, *Spain, Europe, and the Wider World, 1500-1800*, New Haven, Yale University Press, 2009, pp. 22, 78; Rafael VALLADARES, *La conquista de Lisboa*, Madrid, Marcial Pons, 2008. Existem excelentes levantamentos da revolução historiográfica no estudo de Portugal sob os Habsburgos e a Restauração. Ver, por exemplo, Fernando Jesús BOUZA ÁLVAREZ, “Gramática de la crisis. Una nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 e 1990”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 11, 1991, pp. 223-46; Pedro CARDIM, “Politics and Power Relations in Portugal (Sixteenth to Eighteenth Centuries)”, *Parliaments, Estates, and Representations*, 13:2, 1993, pp. 95-108.

durante a crise da sucessão.⁷ Mais tarde, no período pós-1640, Filipe IV teve de manter a ficção de que o Duque de Bragança era um tirano que se tinha imposto a uma população que permanecia leal a seu legítimo rei Habsburgo. Tal pretensão levou a situações contraditórias ou curiosas na Espanha e no seu império, quando, por exemplo, o Conselho de Portugal em Madrid tentou tomar decisões e recompensar serviços num Portugal que já não controlava, enquanto a coroa se recusava a impor restrições aos seus súbditos portugueses que residiam no império ou que serviam nas suas forças militares, apesar dos evidentes problemas quanto à sua lealdade. Assim, o discurso político oficial em Espanha não é necessariamente uma fonte que reflecte, com exactidão, os sentimentos sobre a lealdade dos portugueses. Da mesma forma, não podemos esperar encontrar sentimentos portugueses negativos sobre o governo com sede em Castela nos escritos da classe política dos nobres e *apparatchiks* burocráticos portugueses do regime de Olivares, cuja posição estava intimamente ligada ao destino dos Habsburgo, e tampouco podemos depender das declarações da facção antiolivarista ou dos partidários brigantinos como guia para os sentimentos populares durante a união. Assim, muitas vezes, resta-nos apenas recorrer às várias declarações de estrangeiros em viagem, diplomatas e outros observadores como o jesuíta flamengo que afirmou que os portugueses odiavam os castelhanos “mais do que ao Demónio”, ou o *arbitrista* e aventureiro inglês a serviço espanhol, Anthony Sherley, que se referia a Portugal como “um velho inimigo” e ao seu povo como “vassalos incertos”; e tampouco podemos aceitar literalmente os comentários negativos feitos por oficiais régios durante os piores momentos de crise, como as revoltas em Évora e no Algarve em 1637⁸. Como é evidente, é preciso contrabalançar essas declarações com o volume considerável de indícios e de provas de interacção e de interpenetração social e cultural entre Portugal e Castela nesse período.

Neste breve ensaio a minha intenção é suscitar uma revisão do tema dos sentimentos “nativistas” ou “nacionalistas” populares e o seu papel na separação de Portugal da monarquia habsbúrgica, e sugerir algumas hipóteses de interpretação a partir dessa revisão. Grande parte da historiografia recente desviou a atenção desses sentimentos, notando, por exemplo, que dificilmente se encontraria uma expressão das ideias “nacionalistas” nas Cortes de 1641, à parte a insistência em limitar o acesso ao trono a um natural do país; ou tem frisado a mobilização e a manipulação de um discurso nacionalista como estratégia da Restauração. É bastante desconfortável tomar uma posição contrária às ênfases presentes nos notáveis avanços historiográficos dos últimos trinta anos sobre Portugal dos Habsburgos e a Restauração, mas

⁷ Martim de ALBUQUERQUE, *O poder político no Renascimento português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968. Ver também, José ANTONIO MARAVALL, *Teoría del Estado en España en el siglo XVI*, 2.^a ed. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

⁸ R. A. STRADLING, *Philip IV and the Government of Spain, 1621-1665*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p. 182.

a minha intenção é simplesmente afastar o foco de atenção da corte e do governo central e transferi-lo para a maioria da população, onde creio ser possível encontrar profundos ressentimentos que contribuíram de forma significativa para o êxito da Restauração portuguesa. E quero proceder a essa mudança de enfoque recorrendo a uma fonte geralmente negligenciada: os registos da Inquisição espanhola.

Tomemos dois episódios quase contemporâneos para o período de Felipe III (Felipe II de Portugal) e, portanto, ambos anteriores às dificuldades dos anos 1620, quando o ressurgimento das hostilidades com os holandeses e os ataques contra o império em Ormuz e na Baía começaram a gerar a oposição dos portugueses de diversas classes contra a união ibérica. Esses dois casos, ouvidos perante a Inquisição de Toledo, indicam a profundidade dos sentimentos e ressentimentos contra os castelhanos.

O primeiro caso é bastante directo. Em 1619, a Inquisição prendeu António Manso, natural de Seia, no bispado de Coimbra, por conduta escandalosa na igreja de Consuegra em Castela, onde ele residia. Manso ajoelhou-se diante de um crucifixo na igreja e falou em voz alta: “Senhor, salva-me e perdoa-me pois morreste por nós portugueses, e não pelos castelhanos, porque somos muito nobres”, sugerindo implicitamente que os castelhanos deixavam a desejar sob aquele aspecto.

A reacção na igreja foi o que seria de se esperar. No tumulto, alguém gritou que todos os portugueses eram judeus, ao que Manso respondeu que, se isso fosse verdade, então eram todos parentes de Nosso Senhor e disse que, de qualquer forma, Cristo tinha preferido nascer de uma judia a nascer de uma espanhola. Depois de preso, Manso admitiu que atribuía a sua prisão ao facto de ter recitado antes um *vilancico* na igreja de Consuegra, o qual denegria os castelhanos. Dizia assim:

*Dios de dioses
Homen mortal
.....
No nasció para Castela sino por Portugal.*⁹

O julgamento foi leniente, e Manso foi somente desterrado de Toledo, mas os sentimentos anticastelhanos por ele expressos revelavam uma atitude de desprezo pelos castelhanos e um orgulho de ser português que poderíamos considerar como uma espécie de “paleonacionalismo”, que jazia logo abaixo da superfície das interacções. Aqui talvez não seja inapropriado o termo “nação”, visto que, em usos como “gente da nação hebreia” ou “hombre de nación francés”, referia-se a pessoas e não necessariamente a um estado ou uma comunidade política.

É possível identificar esse mesmo sentimento no caso mais complexo do galego Francisco de Carvajal, nascido em Oviedo, ao serviço do Marquês

⁹ Archivo Histórico Nacional (Madrid) AHN, Inquisición 2106, n. 18.

de Astorga. Carvajal era um rapaz com cerca de 25 anos, que tinha sido encarcerado na prisão de Madrid por algum delito que cometera¹⁰. Foi aí que, num certo dia de 1616, entre os outros prisioneiros, espanhóis e portugueses, começou a pregar um sermão de brincadeira e, depois de se perignar, disse que seu sermão saía directamente dos quatro evangelhos e não era aquele monte de disparates como os sermões pregados pelos *cabrones* de Castela, que falavam de El Cid e Bernardo del Carpió. Carvajal, assim, usou o sermão e as referências bíblicas para ridicularizar os castelhanos.

O sermão de Carvajal contava uma anedota: Cristo estava num despenhadeiro no deserto, no Monte Tabor, rezando ao Pai, muito sério “como um fidalgo português”, quando o Demónio lhe apareceu sob a forma de um castelhano bem vestido.

– Sabe quem eu sou?, perguntou o Demónio.

– Sei muito bem, seu *cabrón castellano*, respondeu Cristo.

– Bom, se o senhor sabe quem sou eu o senhor é Deus, por que não se atira daqui de cima?, insinuando que Cristo não era divino e não poderia atirar-se dali.

– E por que eu faria isso, se posso descer um passo por vez?

E quando então o Demónio perguntou por que Cristo não transformava as pedras em pão, Cristo respondeu que não precisava, pois daria alimento ao povo. Mais tarde, Carvajal declarou que, na verdade, tinha dito que Cristo respondeu:

– Seu *vilan ruin*, se este pão fosse para alimentar os portugueses, eu faria em abundância, mas não faço pão para os *cabróns dos casteljaus* comerem.

Aí, no sermão, a cena passou para o rio Jordão, onde Cristo estava a pescar *mújules* [mugens], e o Demónio apareceu vestido de mulher castelhana e começou a fazer movimentos lascivos, com *muchos requiebros*, perguntando de novo:

– Você sabe quem eu sou?

E Cristo respondeu outra vez:

– Sei muito bem, *cabrona castellana*, *hija de una puta*.

O Demónio desafiou-o uma vez mais, perguntando porque é que, se era realmente Deus, não secava simplesmente o rio e apanhava os *mújules* no seco, sem maiores problemas.

– *Putá castellana*, o prazer é pescá-los, um de cada vez!, respondeu Cristo.

Depois, Marta e Maria Madalena apareceram a chorar e a arrancar os cabelos, e quando Jesus indagou a razão, elas responderam que seu irmão Lázaro tinha morrido, e Jesus disse:

– O diabo me leve se eu sabia disso.

Mas então disse-lhes que Lázaro se reergueria dos mortos.

¹⁰ AHN, Inquisición, leg 2106 (Toledo), n. 17, Relación de causa, 1617.

Essa paródia foi demais para alguns ouvintes de Carvajal, e um deles, que era um familiar da Inquisição, disse que não permitiria tal grosseria na sua presença. Carvajal não se impressionou nem se deteve, respondendo que, na terra dele, qualquer barbeiro era familiar da Inquisição e que o que dizia estava bem dito, e, se lhe trouxessem pena e papel, ele assinaria em baixo. Foi denunciado e transferido para a prisão secreta da Inquisição de Toledo.

Carvajal tentou então explicar a sua posição em três audiências com os inquisidores. Na prisão de Madrid falou sobre “*las cosas de Portugal y Castilla*” com os outros prisioneiros, e quis repetir-lhes um sermão que tinha ouvido em português na cidade de Vila Franca (de Xira?), pregado, no ano anterior, durante a Páscoa, por um homem de nome Agustín Alvares, o qual tinha dito que não viera pregar como os pregadores de Castela, que falavam das aventuras de El Cid Ruy Diaz de Vivar, “que as crianças cantam nas ruas”, nem pregar sobre a famosa padeira da batalha de Aljubarrota que, com uma pá de cozer pão, matou mais de cem castelhanos, referindo-se a eles com o termo ofensivo de “*casteljaus*”, termo muito empregue na literatura bélica durante a guerra da Restauração.

Carvajal acabou por conseguir convencer os inquisidores de que tinha falado apenas por ímpeto e por tolice, mas sem nenhuma intenção herética, e porque a retórica anti-castelhana não recaía sob a jurisdição do tribunal, foi apenas exilado do distrito da Inquisição de Toledo por dez anos.

O caso é interessante sob vários aspectos. Carvajal era um galego e, como tal, tinha os seus próprios motivos regionalistas para criticar os castelhanos; de facto, a *relación de causa* em que está registado o caso com a sua defesa está curiosamente redigida em galego.¹¹ É possível que Carvajal estivesse a tentar justificar os seus sentimentos alegando que, na verdade, eram portugueses. Mesmo assim, podemos perguntar se esses comentários teriam realmente nascido de um sermão pregado em português, que ele tinha ouvido antes. Trata-se de algo que não temos condições de saber ao certo, mas o que é claro é que Carvajal achou que tais sentimentos seriam críveis se provenientes de um púlpito português, e que os seus inquisidores também poderiam considerar essa origem plausível. Como dissemos, o uso do termo depreciativo *casteljau* é comum nos documentos portugueses após 1641.

Esses dois casos mostram claramente sentimentos de antipatia em relação a Castela e aos castelhanos, antipatia essa que acompanhava as queixas e reclamações habituais da população contra os impostos e contra a autoridade do governo. Os soldados espanhóis estacionados desde 1587 em Portugal envolveram-se frequentemente em conflitos jurisdicionais com as autoridades locais e em atritos com a população local. Um grupo de mari-

¹¹ Não era uma prática usual. Não está claro se a língua do texto pretendia ser português ou galego, ou se foi uma simples tentativa do escrivão castelhano de reproduzir a linguagem do depoente.

nheiros espanhóis, enviados da Galiza para Lisboa foi atacado entre o Porto e Aveiro, e as suas armas e bagagens foram roubadas, “como se fosse na terra dos holandeses”, e isso “muito embora neste ano não tivessem tomado nada de ninguém sem pagar”, declaração que revela a causa mais habitual desses conflitos, mas também mostra que esses habituais pontos de atrito entre soldados e civis eram intensificados por diferenças “nacionais.”

Esses atritos e reclamações não se limitavam à situação em Portugal. As perdas sofridas no império tornaram-se num grande campo de insatisfação popular com Castela e com os castelhanos. Mesmo a grande vitória de 1625, com a armada luso-espanhola sob o comando de D. Fadrique de Toledo, que retomou Salvador, a capital da colônia brasileira, aos holandeses, deixou um travo amargo na boca dos portugueses. Os contingentes espanhóis tinham recebido um lugar de honra na ocupação da cidade recapturada, a qual foi saqueada e pilhada como se de território inimigo se tratasse. Os relatos portugueses contam que não se respeitou “nem porta nem fechadura”, e não houve qualquer protecção às propriedades e aos bens dos moradores. Além disso, foi difícil admitir aquele comportamento e aceitar a guarnição espanhola que foi deixada na cidade, e alguns portugueses consideraram a queda subsequente de poder e a morte de Fadrique de Toledo, em 1634, como um “castigo divino pela prata das igrejas da Bahia que ele carregara para a Espanha”.¹² À medida que se multiplicavam os desastres e as perdas na Ásia, África e Brasil, e à medida que a política fiscal espanhola tentava reagir com o aumento de impostos como o *real d'agua*, a insatisfação popular intensificou-se.

No entanto, como mostra claramente a historiografia dos últimos vinte anos, os sentimentos e ressentimentos nacionalistas não conduziram por si só à revolta. Todavia, mesmo que as classes populares não tenham integrado o golpe palaciano de 1.º de Dezembro de 1640, o apoio e a participação delas foram elementos necessários aos acontecimentos e à sua elaboração posterior. Um relatório em primeira mão sobre os acontecimentos de Dezembro, enviado às autoridades espanholas, menciona o “grande tumulto da plebe e parte da nobreza que, juntas, entraram no palácio onde residia a representante do rei, a Princesa Margarida de Parma, gritando ‘Viva Dom João IV’”. Foi então que mataram Miguel de Vasconcelos, secretário de estado, cujo corpo foi mutilado pela “plebe”, como manifestação do ódio que nutriam contra ele¹³. A seguir, D. Margarida ficou sob a custódia dos conspiradores da nobreza, que a protegeram, conforme explicaram, do “desrespeito da plebe”. Os nobres conspiradores buscaram imediatamente o apoio popular, e a adesão da plebe à causa dos Bragança foi tida, por eles e posteriormente

¹² Manuel Severim de FARIA, “História portuguesa e de outras provincias do occidente desde o anno de 1610 até o de 1640”, Biblioteca Nacional de Lisboa [BNL], cod. 241, fl. 301.

¹³ Archivo General de Indias (Sevilha) [AGI], Santa Fe 25, “Declaración del cap. Paez de Carvalho sobre los tumultos del reino de Portugal” (6 de fevereiro de 1641).

pelo novo regime, como um elemento essencial para o êxito. Os relatos espanhóis desses eventos sublinham que a mobilização, num primeiro momento, dependeu do clero. A procissão que foi até ao palácio, conduzida pelo arcebispo de Lisboa, foi agraciada com um “milagre” no momento em que um braço da imagem de Cristo se soltou (*desclavó*), mas alguns relatos destacaram a presença de frades e padres, os quais estavam entre a multidão levando crucifixos na mão, insistindo que era chegado o momento de “abandonar a tirania dos castelhanos”, e encorajando os vivos ao Duque de Bragança no meio da “infinita chusma”¹⁴.

Se nas revoltas populares de 1637 e, mais tarde, em 1640, as referências dos defensores dos Habsburgos à participação do “vulgo”, da “plebe” e das “gentes de humilde estado” pretendiam desacreditar os rebeldes e, posteriormente, os seguidores do Duque de Bragança, por outro lado os restauradores usaram a adesão do “povo” à causa brigantina como maneira de autenticar a legitimidade do novo regime.

Mas, a despeito de quaisquer traços de um espírito de sentimento nativista que possa ter contribuído para a colaboração popular em 1640, os custos da guerra logo começaram a enfraquecer tal apoio. Muito embora a ideologia de justificação da Restauração tenha criado um mito de uma acção conjunta do povo e da nobreza, os elementos populares tiveram sobretudo um papel de aquiescência, e não tanto de causa iniciadora. O ano de 1640 não lhes trouxe nenhuma carestia ou dificuldade especial. Mesmo assim, o “povo” nutria profundos ressentimentos históricos contra a Espanha e alimentava uma expectativa messiânica pelo regresso de D. Sebastião, seu legítimo rei desaparecido. Provavelmente a maior parte preferia-o ao altivo e distante Duque de Bragança e à sua esposa espanhola. Ao fim e ao cabo, porém, apesar dos grandes esforços dos Habsburgos, após 1641, em apresentar os exércitos espanhóis invasores de Portugal como libertadores de um povo leal do jugo de um usurpador tirânico, e das promessas de eliminar impostos desagradáveis, não havia como superar os sentimentos populares protonacionalistas ou protonativistas e o apoio a um rei “natural e legítimo”. Foi objectivo dos propagandistas em favor do Duque de Bragança converter, através do púlpito e da pena, os ressentimentos “nativistas” e anseios sebastianistas do povo em apoio à Restauração. Além disso, a única maneira de legitimar o movimento brigantino era por intermédio da teoria escolástica do consentimento popular ao poder monárquico, cujos principais expoentes eram os jesuítas. Mas tais justificações nunca geraram uma ideologia que impusesse qualquer limitação ao poder monárquico, e os Bragança acabaram por se revelar tão absolutistas quanto os Habsburgos¹⁵. O povo, através

¹⁴ Biblioteca Nacional de Madrid [BNM], MS. 2436, “Relación de lo que ha sucedido en el lewantamiento del Rey de Portugal”, ff. 1180121v; Memorial Historico Español [MHE], 16, pp. 100-15.

¹⁵ Luís Reis TORRAL, “A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia”, *Revista de História das Ideias*, 1, 1977, pp. 23-40.

dos seus representantes, os *homens bons* dos concelhos, revelou ser uma instância “acomodática e fiel na sua mediocridade”, como argumentou Oliveira França¹⁶. Os propagandistas de Bragança tentaram criar uma imagem de entusiasmo popular pela Restauração, de mulheres que haviam escondido os maridos dos grupos de recrutamento para os exércitos espanhóis nos anos 1630, e que agora insistiam com eles para que defendessem a terra natal. Contudo, a leitura das minutas do Conselho de Guerra de Portugal após 1641 não dá a impressão de qualquer entusiasmo popular pelo serviço militar nem pelo pagamento dos custos da guerra¹⁷. Ao que parece, o ónus do governo e da guerra foi igualmente pesado, viessem as solicitações de Lisboa ou de Madrid. Assim, em Dezembro de 1640, o “povo” deu vivas, denunciou os castelhanos por tanto tempo odiados e continuou a sonhar com a volta de D. Sebastião, mas o seu entusiasmo por D. João manteve-se cauteloso.

A conquista e a preservação do apoio popular, portanto, tornou-se numa grande preocupação de D. João IV e da Restauração. A manipulação do apoio popular e de um sentimento paleonacionalista em defesa da continuidade de um regime político cada vez mais centralizado, mas tradicional, é um tema de grande importância, e eu sugeriria que se trata de um tópico que requer pesquisas mais exaustivas e a uma escala que abarque o espaço imperial. Por exemplo, há que ter em conta a questão, ainda pouco estudada, do incentivo à representação dos artesãos nos concelhos municipais como concessão em troca da lealdade popular à nova dinastia. Na sociedade tradicional de ordens ou estados, as classes populares eram tradicionalmente representadas pelos *concelhos*, cerca de noventa a cem, que tinham voto nas *cortes*¹⁸. Os membros desses concelhos municipais eram geralmente plebeus e, portanto, membros do terceiro estado, mas no seu conjunto formavam uma classe com autoridade política e, muitas vezes, poderes e privilégios regionais, uma espécie de patriciato urbano, situação esta que parece ter-se intensificado durante o período filipino¹⁹. Assim, embora os concelhos representassem o “povo” nas reuniões das cortes, eles representavam os interesses de um segmento particular deste terceiro estado. Os membros das classes trabalhadoras e do pequeno comércio estavam habitualmente

¹⁶ Oliveira FRANÇA, *Portugal...* cit., p. 309.

¹⁷ BNL, 1697, ff. 98-105. A carta do Padre Cura das Pias ao Juiz do Povo de Lisboa (7 fev. 1641) traz a afirmação a propósito das mulheres. A carta também alega que os cristãos novos estavam apoiando Castela porque odiavam um “rei devoto” como João IV, sobretudo por ser neto de Dom Manuel, que os obrigara à conversão.

¹⁸ Ver a importante obra de Pedro CARDIM, *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998; António Manuel HESPANHA, “La restauração portuguesa en los capítulos de las Cortes de Lisboa de 1641”, 1640: *La monarquía hispánica en crisis*, A. Simon Tarres et al. (orgs.) (Barcelona, Crítica, 1992), pp. 123-68.

¹⁹ Havia uma certa variação na estrutura dos membros. A câmara de Lisboa, após 1550, incluía advogados e aristocratas.

ausentes dos concelhos municipais, excepto nos locais onde os representantes dos ofícios, as *Casas dos 24*, tinham sido incorporados nas estruturas políticas municipais, como em Lisboa ou no Porto. Em alguns lugares, como Coimbra e Évora na década de 1630, esses representantes, os chamados “juizes do povo”, tinham assumido posições de liderança nas queixas contra as políticas ou a fiscalidade dos Habsburgos, como o *real d’agua*. Os juizes de Coimbra chegaram a tentar acções conjuntas com os *mesteres* de Lisboa contra as políticas dos Habsburgo, porque “a miséria da República é maior do que nunca pois as taxas, doações, requisições são intermináveis...”²⁰. Os representantes ou líderes das classes trabalhadores figuraram com destaque em diversas rebeliões de 1637, facto que parece enfraquecer as diferenças habitualmente traçadas entre as origens sociais das revoltas da Catalunha, de Nápoles e da Sicília nos anos 1640 e a aparente falta de tais pressões na rebelião portuguesa. Mas os interesses das câmaras e da Casa do 24 não eram necessariamente coincidentes. D. João IV, precisando de homens e de dinheiro para a defesa do país, procurou mobilizar apoio concedendo os privilégios de Lisboa e do Porto que permitiam a presença de representantes dos ofícios em certos concelhos municipais. No Brasil, onde se esperava que os interesses locais arcassem com os custos da guerra para expulsar os holandeses, algumas câmaras receberam essas concessões, mas impuseram as suas limitações sociais próprias. Como demonstrou Charles Boxer, houve tensões em Salvador quando a câmara em 1650 deu aos *mesteres* assentos onde não podiam ouvir os debates nas deliberações do concelho, e em outros lugares, como Braga, a câmara se opôs à tentativa de criar a Casa do 24 como projecto dispendioso e desnecessário.²¹ Tais divisões sugerem que é preciso aplicar ao “povo”, qualquer que seja a sua definição, o mesmo tipo de desconstrução dos sectores, grupos e interesses da nobreza, das classes políticas e da instituição eclesiástica, abordagem que tanto contribuiu para o avanço da história da união das coroas e da Restauração.

Finalmente, o trabalho das últimas décadas de Joaquim Romero Magalhães, Nuno Monteiro, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, que tem enfatizado o surgimento dos concelhos e das câmaras como centros de poder local, e mostrado o estatuto de seus integrantes como uma nobreza local, também levanta dúvidas, talvez não intencionalmente, sobre a utilidade de tomar essas instituições e pessoas como representantes de sentimentos populares ou como melhor lugar para procurar os sentimentos do povo. A definição de “povo” e “plebe”, com a sua respectiva politização, mudou ao

²⁰ J. Pinto LOUREIRO, *Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra. Elementos para a sua história*, Coimbra. Biblioteca Municipal, 1937; BUC, MS. 513; ver J. Teixeira de CARVALHO, *Notas de um Escrivão do Povo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1922. Ver o sumário um tanto confuso in HARRY BERNSTEIN, *The Lord Mayor of Lisbon. The Portuguese Tribune of the People and His 24 Guilds*, Lanham, MD, University Press of America, 1989, pp. 1-27.

²¹ António de OLIVEIRA, “Levantamentos populares no arcebispado de Braga em 1635-1637”, *Bracara Augusta*, vol. 34, n.º 78, 1980, pp. 420-46.

longo do tempo e variou conforme os lugares. Quando o carmelita Loreto Couto escreveu nos seus *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, em 1759, que era difícil distinguir a composição da “plebe” no Brasil “porque todo aquele que he branco na cor entende estar fora da esfera vulgar”, ele estava a reconhecer a natureza problemática da definição das classes populares numa sociedade escravocrata. O estudo da relação entre o terceiro estado e a coroa, do papel dos seus representantes, como os juizes do povo, em vários momentos da história em Portugal e no império, e das eventuais ligações entre os elementos populares e a transformação política, é uma tarefa que está em andamento com a nova história do Portugal dos Habsburgo e da Restauração. O velho modelo do nacionalismo popular e da Restauração é evidentemente inadequado, mas os novos avanços criaram uma série de desafios, cabendo-nos reexaminar o lugar das classes populares na história de Portugal e do seu império.

Arquivos:

AGI Archivo General de Indias (Sevilha).

AHN Archivo Historico Nacional (Madrid).

BNL Biblioteca Nacional de Lisboa.

BNM Biblioteca Nacional de Madrid (Madrid).

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Martim de, *O poder político no Renascimento português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968.

ARANDA, Emanuel d', *History of Algiers and its Slavery* (trad. John Davies), Londres, Printed for John Starkey, 1666.

BERNSTEIN, Harry, *The Lord Mayor of Lisbon. The Portuguese Tribune of the People and His 24 Guilds*, Lanham, MD, University Press of America, 1989.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús, “Gramática de la crisis. Una nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 e 1990”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 11,1991.

CARDIM, Pedro, “Politics and Power Relations in Portugal (Sixteenth to Eighteenth Centuries)”, *Parliaments, Estates, and Representations*, 13:2, 1993, pp. 95-108.

—, *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

CASTRO, Armando,, *Lições de História de Portugal. 2. As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade, sécs. XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983.

ELLIOTT, John H., *Spain, Europe, and the Wider World, 1500-1800*, New Haven, Yale University Press, 2009.

- HESPAHNA, António Manuel, "La 'Restauração' portuguesa en los capítulos de las cortes de Lisboa de 1641", in *1640: La monarquía hispánica en crisis*, Barcelona, Crítica, 1992, pp. 123-168.
- , "Portugal y la política de Olivares. Ensayo de análisis estructural", *La España del Conde Duque de Olivares*, John Elliott et al. (orgs.) Valladolid, Universidad de Valladolid, 1990, pp. 621-51.
- , "La restauração portuguesa en los capítulos de las Cortes de Lisboa de 1641", *1640: La monarquía hispánica en crisis*, A. Simon Tarres et al. (orgs.), Barcelona, Crítica, 1992, pp. 123-68.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "1580 e a Restauração", *Ensaaios*, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1968, II, pp. 255-292.
- MARAVALL, José Antonio, *Teoría del Estado en España en el siglo XVI*, 2.^a ed., Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- OLIVEIRA, António de, "Levantamentos populares no arcebispado de Braga em 1635-1637", *Bracara Augusta*, vol. 34, n.º 78, 1980, pp. 420-46.
- OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo d', *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, HUCITEC, 1997 (publicado originalmente em 1951).
- PINTO LOUREIRO, *Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra. Elementos para a sua história*, Coimbra. Biblioteca Municipal, 1937.
- REIS TORGAL, Luís, "A Restauração", *Revista da História das Ideias*, I (1977), pp. 23-40.
- , *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1981.
- , "A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia", *Revista de História das Ideias*, 1, 1977, pp. 23-40.
- SCHAUB, Jean-Frédéric, *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SERRÃO, JOEL (ed.), "Introdução", *As alterações de Évora de Francisco Manuel de Mello*, Lisboa, Portugália, 1967, pp. xiii-lvi.
- STRADLING, R. A., *Philip IV and the Government of Spain, 1621-1665*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- TEIXEIRA DE CARVALHO, J., *Notas de um Escrivão do Povo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1922.
- VALLADARES, Rafael, *La conquista de Lisboa*, Madrid, Marcial Pons, 2008.